

ABSOLUTISMO MONÁRQUICO – MERCANTILISMO

ESTADOS NACIONAIS

O “Estado Nacional” realiza uma espécie de ligação com o termo “nação”, ou seja, com um povo e com uma conjuntura de idiomas, culturas, regras, leis, dentre outros aspectos. Assim, pode-se entender um Estado Nacional como um país.

Contexto histórico: crise feudal (séc. XIV-XVI)

Apesar de a crise no feudalismo ter se dado entre os séculos XIV e XVI, há toda uma conjuntura que deve ser analisada e que acontece entre os séculos IV a XV. Na Idade Média havia uma sociedade estamental, em que existiam os que rezavam (**clero**), os que guerreavam (**nobreza**) e os que trabalhavam (**servos**). Esses servos encontravam-se dentro dos feudos por conta da proteção dada pelos nobres. Na Idade Média não há uma centralização política na figura do rei, pois cada feudo possuía as suas próprias regras. Isso significa que existia uma fragmentação do poder, logo os reis eram apenas símbolos e dependiam da força militar que os nobres empregavam a seu favor. A única instituição que era centralizada e unificada era a Igreja. Por esse motivo é que se pode dizer que durante a Idade Média existia uma conjuntura de teocentrismo.

Na medida em que se aproxima a transição para a Idade Moderna, há, então, uma centralização política do poder nas mãos do rei (monarquia), entretanto essa monarquia possuía caráter absolutista, justamente para que o rei seja a figura que demande todo o poder. Nesse sentido, pode-se dizer que o mercantilismo é a política econômica dos Estados absolutistas (política econômica de intervenção estatal). Como naquela época os feudos eram uma organização de subsistência, de auto-organização e de autossuprimento, não há uma interferência incisiva do rei em seu funcionamento; entretanto, no mercantilismo, é o Estado quem irá regular a política econômica apoiado pela burguesia.



ANOTAÇÕES

No âmbito do mercantilismo, é importante lembrar, em relação à cultura e à religião, do ápice da reforma protestante promovido por Martinho Lutero por volta de 1520 e do renascimento cultural, que se contrapõe às realidades que a Igreja determinava de forma absoluta naquela época. No renascimento, é importante lembrar que há uma nova política econômica e o surgimento de uma nova classe chamada burguesia.

Nos séculos XV, XVI e XVII, os Estados modernos emergem na Europa. Apesar do sistema feudal já estabelecido, com a crise, as pessoas começam a ir para as cidades e formar os burgos. Dentro desses burgos começa a ocorrer o chamado renascimento comercial e o renascimento urbano. Assim, dos burgos surge a classe comerciante, que mais tarde se tornará a burguesia. A classe denominada burguesia, apesar de rica, não possui prestígio político, pois o prestígio político da época estava ligado a posse de terras, algo que era característico dos nobres.

Assim, como o dinheiro agora estava nas mãos da burguesia e essa era ignorada pela nobreza por não possuir prestígio político, surge uma aliança entre os reis e a burguesia de modo que essa junção fortalece os reis, uma vez que dessa aliança surge um novo tipo de exército (pago) e, portanto, os reis não precisam mais do poder dos nobres militarmente falando. Assim, passam a centralizar sob a sua tutela a administração dos territórios.

É importante lembrar que a Igreja não aceita essa nova classe (a burguesia) que surge e enriquece utilizando meios que não eram comuns naquela época depois de quase 10 séculos de teocentrismo. Assim, a Igreja condena os lucros, dispondo que isso é desonesto, logo a burguesia se vê, por diversas vezes, impedida de crescer ainda mais, pois o seu enriquecimento era visto como um pecado (algo ilícito). Assim, cada vez mais a burguesia precisava se aproximar do monarca para que, quanto mais o poder esteja concentrado nas mãos desse monarca, os burgueses possam continuar obtendo o seu enriquecimento. Em determinados lugares, a burguesia irá apoiar até mesmo a reforma protestante, pois entende-se que isso retira a tutela da Igreja Católica de um determinado país que adentra em uma nova ótica. Vale lembrar de Calvino, que desmistifica a visão do enriquecimento como algo ilícito e o mostra como uma dádiva/predestinação.

Ainda nesse contexto, a aliança entre o rei e burguesia gera uma burocracia estatal em que os burgueses e também os nobres obterão cargos e empregos. Isso também estrutura e mantém o exército, que retira a dependência dos reis em relação aos nobres, ou seja, o rei não precisa mais da proteção do senhor feudal.

Essa unificação política e administrativa do reino viabiliza:

- A unificação das leis;
- A criação de unidades monetárias;
- A criação de sistema de pesos e medidas;
- A contratação de funcionários públicos.

Assim, tem-se a formação da Monarquia Nacional.

Pode-se dizer que essa unificação das leis, das unidades monetárias e principalmente a criação de sistemas de pesos e medidas beneficiou bastante a burguesia, pois era difícil fazer comércio entre os feudos quando as taxas e as unidades eram diferentes entre eles. Por exemplo, algo que pesava 100 gramas em um determinado feudo poderia pesar um quilo em outro.

15
min

ESTADOS NACIONAIS EUROPEUS

Portugal

- Foi um dos primeiros a se tornar uma monarquia centralizada;
- Dinastia de Borgonha (início da centralização do poder);
- Crescimento das atividades comerciais;
- Revolução de Avis;
- Aliança da coroa com a burguesia;
- Ascensão de D. João I;
- Consolidação do Estado Nacional;
- D. João II – Monarquia absolutista;
- Consolidação do poder marítimo comercial.

Espanha

- Leva mais tempo do que Portugal a se tornar uma monarquia centralizada (quase na última década do século XV);
- Guerra de Reconquista: gênese do Estado Espanhol;
- Reinado de Fernando e Isabel;
- Consolidação do Estado;
- Fortalecimento da monarquia;
- Expansão marítimo comercial.

ANOTAÇÕES

França

- Século XIII: dinastia capetíngia;
- Formação do Estado Francês;
- Centralização do poder real;
- Guerra dos Cem Anos;
- Nacionalismo (Joana D'arc);
- Absolutismo real.

Inglaterra

- Século XI: Guilherme da Normandia – primeiro rei inglês;
- Criação dos condados;
- Henrique II: formação do Estado Inglês;
- Centralização e o fortalecimento real;
- Ricardo I: participação nas cruzadas;
- Crescimento econômico;
- Fortalecimento da burguesia;
- João Sem Terra: Carta Magna – limitava o poder real e a liberdade política.

ABSOLUTISMO MONÁRQUICO

É importante entender que a política econômica dos absolutistas é um dos fatores que levam os portugueses ao território brasileiro. Primeiramente, é importante entender que no âmbito do mercantilismo há algumas ideias. Entre elas está a de que o absolutismo monárquico é o poder real, hereditário e, conforme algumas teorias, divino. Além disso, é absoluto e também centralizado. Alguns teóricos são importantes nesse contexto, como Nicolau Maquiavel, que foi o primeiro a trabalhar a ideia da monarquia absolutista sem a justificativa divina. De acordo com esse teórico, não havia limites éticos ou morais para o poder do soberano. Jean Bodin e Jacques Bossuet criaram a ideia do direito divino dos reis que mostrava os embasamentos bíblicos em que há um sacerdote de Deus unguindo um escolhido e buscavam argumentos religiosos para mostrar que um rei era necessário dentro de uma conjuntura social. Outro teórico importante foi

20
min

ANOTAÇÕES

Thomas Hobbes, que dispôs sobre “o homem é o lobo do homem”. Para ele, se não existisse um poder centralizador, o homem viveria se destruindo. Assim, de acordo com Hobbes, o indivíduo deve abrir mão de sua liberdade e de seus privilégios para que o Estado seja fortalecido.

Livros:

- Maquiavel: “O Príncipe”;
- Jean Bodin: “A República”;
- Thomas Hobbes: “Leviatã”;
- Jacques Bossuet: “Política segundo as sagradas escrituras”.

Assim, pode-se dizer que o poder absoluto do monarca está ligado a uma série de fatores, como a submissão da nobreza (que entende que o rei é absoluto por direito); o controle total sobre os poderes representativos locais e religiosos; a centralização administrativa; a intolerância religiosa (pois a nação seguia a religiosidade do rei); a sacralização e a exaltação do rei e a formação de um exército estatal.

Obs.: Alguns nomes de monarcas importantes e que devem ser estudados:

- Inglaterra: Henrique VII, Henrique VIII, Eduardo VI, Maria Tudor, Elisabeth I;
- França: Francisco I; Henrique VI e Luís XIII.

25
min

Mercantilismo: conjunto de práticas e ideias econômicas do período moderno (séculos XV-XVIII) nos países europeus.

A política econômica centralizada na ação do Estado, logo é importante lembrar que é o rei, com o seu aparato econômico estatal que governa.

- **Metalismo:** riqueza do Estado com o acúmulo de metais;
- **Intervencionismo:** controle estatal da economia;
- **Balança de comércio favorável:** exportar mais do que importar;
- **Protecionismo:** aumento das tarifas alfandegárias para os produtos importados;
- **Monopólio:** direito exclusivo dos reis sobre a economia;
- **Colonialismo:** exploração das colônias por meio do mercantilismo.

ANOTAÇÕES

Obs.: Dentro da ideia do mercantilismo, para o Brasil, é importante lembrar do colonialismo e da balança comercial favorável (por conta da grande quantidade de produtos que foram comprados da Inglaterra).

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

1. “A noção de nobre e de nobreza conserva um lugar eminente entre os valores ocidentais (...) aparece, ao lado da nobreza de sangue, a ideia de uma nobreza de caráter, de comportamento, de virtude.”

Jacques Le Goff, As Raízes Medievais da Europa, 2007

Com base no texto, e tendo em vista o que se passava nas sociedades europeias do Antigo Regime, pode-se afirmar que:

- a. a nobreza considerava irrelevante a questão de qual critério utilizar para definir o seu lugar privilegiado na sociedade.
- b. o clero, por causa da regra do celibato, era a única ordem a favor da abolição dos privilégios fundados no nascimento.
- c. a burguesia lutava para incluir o mérito pessoal entre os critérios que deveriam constituir a elite social.
- d. os camponeses e trabalhadores urbanos, por não se sentirem afetados com essa questão, eram indiferentes aos privilégios sociais.
- e. a ordem social privilegiada era constituída por indivíduos cujas credenciais decorriam tanto do sangue quanto do mérito.



Comentário

Aburguesia desejava muito adentrar ao poder, entretanto a nobreza não permitia que isso acontecesse e para isso defendia que, para que existisse participação política, era necessária a hereditariedade. O clero também participava de certos privilégios na sociedade. Já a burguesia tinha o desejo de romper com a antiga ordem de que para ser político era preciso fazer parte da nobreza.

ANOTAÇÕES

GABARITO

1. c

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Cursos Online, de acordo com a aula preparada e ministrada pelo professor Admilson Costa.

ANOTAÇÕES